Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" Hospital da Mulher Mariska Ribeiro

CNPJ. : 66.518.267/0039-56

Demonstrações Contábeis Exercício de 2023

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	1.300.559,21	6.640.118,71
Adiantamentos a Fornecedores		63.935,43	207.113,68
Adiantamentos a Empregados	5	299.136,56	4.454,28
Impostos Recuperáveis		3.662,06	2.883,03
Créditos do Termo de Colaboração	6	18.997.167,05	13.207.099,41
Estoques	7	1.619.853,88	2.993.332,27
Despesas Antecipadas		5.323,53	4.628,81
		22.289.637,72	**23.059.630,19**
Ativo não Circulante			
Imobilizado	8	3.188.226,73	1.419.085,36
		3.188.226,73	**1.419.085,36**
Total do Ativo		**25.477.864,45**	**24.478.715,55**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2023	2022
Passivo Circulante			
Fornecedores		2.771.369,64	2.292.306,45
Obrigações Trabalhistas	9	3.221.807,26	3.060.095,66
Obrigações Sociais e Fiscais	10	2.127.506,46	1.862.673,15
Empréstimos e Financiamentos	11	-	123.500,01
Contas a Pagar	12	447.558,52	555.847,87
Provisões para Férias e Encargos		5.149.490,70	3.732.729,12
		13.717.732,58	**11.627.152,26**
Passivo não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	11	123.500,01	185.250,01
Bens Públicos em nosso poder	13	3.188.226,73	1.419.085,36
		3.311.726,74	**1.604.335,37**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		11.247.227,92	-
Superávit do Exercício	27	(2.798.822,79)	11.013.375,93
Transferências Patrimoniais		-	233.851,99
		8.448.405,13	**11.247.227,92**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**25.477.864,45**	**24.478.715,55**

Demonstração do Resultados dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

	Notas	2023	2022
Receitas Líquidas	15	**94.803.217,21**	**82.956.891,37**
Termo de Colaboração	16	96.572.358,58	79.981.474,80
Realização de Bens Públicos em nosso poder		320.372,38	4.382.894,73
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(2.089.513,75)	(1.407.478,16)
Custos		**(91.915.175,19)**	**(63.062.819,93)**
Pessoal e Reflexo	18	(67.815.045,11)	(44.520.315,60)
Serviços Terceirizados	19	(12.349.793,94)	(11.208.447,64)
Medicamentos e Materiais de Consumo	20	(11.750.336,14)	(7.334.056,69)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	25	(16.545.653,25)	(10.175.821,99)
(-) Isenção da CPP Usufruída	25	16.545.653,25	10.175.821,99
(=) Resultado Bruto		**2.888.042,02**	**19.894.071,44**
Despesas		**(7.223.352,76)**	**(10.229.472,62)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(8.088,64)	(2.358,05)
Despesas Gerais	21	(7.215.264,12)	(10.227.114,57)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**383.492,47**	**339.378,63**
Receitas com Doações		380.130,12	172.832,27
Outras Receitas		3.362,35	166.546,36
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		**(3.951.818,27)**	**10.003.977,45**
Resultado Financeiro	17	**1.152.995,48**	**1.009.398,48**
Receitas Financeiras		1.205.477,20	1.025.790,02
(-) Despesas Financeiras		(52.481,72)	(16.391,54)
Superávit do Exercício	27	**(2.798.822,79)**	**11.013.375,93**

Demonstração do Resultados dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

	2023	2022
Atividades Operacionais		
Déficit/Superávit do Exercício	(2.798.822,79)	11.013.375,93
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	143.178,25	(207.113,68)
Adiantamentos a Empregados	(294.682,28)	(4.454,28)
Impostos Recuperáveis	(779,03)	(2.883,03)
Créditos do Termo de Colaboração	(5.790.067,64)	(13.207.099,41)
Estoques	1.373.478,39	(2.993.332,27)
Despesas Antecipadas	(694,72)	(4.628,81)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	479.063,19	2.292.306,45
Obrigações Trabalhistas	161.711,60	3.060.095,66
Obrigações Sociais e Fiscais	264.833,31	1.862.673,15
Provisões para Férias e Encargos	1.416.761,58	3.732.729,12
Outras Obrigações	(108.289,35)	555.847,87
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(5.154.309,49)	6.097.516,70
Atividades de Financiamento		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(2.089.513,75)	(1.407.478,16)
Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Investimento	(2.089.513,75)	(1.407.478,16)
Atividades de Financiamento		
Recebimento de numerário para aquis. de Imobilizado	2.089.513,75	1.407.478,16
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	(185.250,01)	308.750,02
Incorporação ao Patrimônio Líquido		233.851,99
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	1.904.263,74	1.950.080,17
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(5.339.559,50)**	**6.640.118,71**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	6.640.118,71	-
Disponibilidades no Final do Exercício	1.300.559,21	6.640.118,71
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(5.339.559,50)**	**6.640.118,71**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

Demonstração das Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	-	-	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	233.851,99	233.851,99
Superávit do Exercício	-	11.013.375,93	-	11.013.375,93
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	**11.013.375,93**	**233.851,99**	**11.247.227,92**
Incorporação do Superávit/Déficit	11.013.375,93	(11.013.375,93)	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	233.851,99	-	(233.851,99)	-
Transferências Patrimoniais	-	-	-	-
Déficit do Exercício	-	(2.798.822,79)	-	(2.798.822,79)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**11.247.227,92**	**(2.798.822,79)**	-	**8.448.405,13**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Caraguatuba, Campinas, Rio de Janeiro, Marica e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. O **CEJAM,** qualificado como Organização Social, através do Termo de Colaboração nº 001/2022 firmado com a **Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro** em 25 de fevereiro de 2022, com prazo de vigência de dois anos, no montante de R$ 191.535.539,53 a ser repassado em 8 parcelas trimestrais, visando o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no **Hospital da Mulher Mariska Ribeiro**. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade. **2.Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma continua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. **• Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **• Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2023. **3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado, são mensurados** pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "Bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contraparti da passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2023 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas anteriormente definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. **3.c) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): - Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento de todas as receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022
Caixa		
Fundo Fixo de Caixa	1.453,69	1.560,22
Banco - Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil S.A.	1.299.105,52	6.638.558,49
	1.300.559,21	**6.640.118,71**

5. Adiantamento a Empregados

	2023	2022
Adiantamentos de Férias	298.866,56	4.454,28
Adiantamentos de Ordenados	270,00	-
	299.136,56	**4.454,28**

6. Créditos do Termo de Colaboração

	2023	2022
Termo de Colaboração nº 01/2022	18.997.167,05	13.207.099,41
	18.997.167,05	**13.207.099,41**

7. Estoques

	2023	2022
Nutrição Enteral	13.137,24	679.417,52
Medicamentos	346.943,89	540.310,48
Materais Médico / Hospitalar	433.379,79	532.021,70
OPME	0,01	0,01
Materiais de Expediente / Escritório	60.344,14	89.525,71
Materiais de Manutenção	43.750,39	1.268,59
Materiais de Informática	45.079,34	36.924,96
Materiais de Limpeza e Descartáveis	7.318,47	10.503,71
Materiais de EPI e EPC	12.652,73	4.116,30
Materiais de Higiene	42.213,94	5.948,32
Gêneros Alimentícios	67.328,02	13.677,93
Utensílios de Copa	12.784,08	10.592,32
Uniformes e Rouparias	2,29	887,04
Material Permanente	310.676,70	961.503,00
Outros Materiais	224.242,55	106.634,68
	1.619.853,88	**2.993.332,27**

8. Imobilizado

Imobilizado de Gestão Pública	**Taxa**	**2023**	**2022**
Máquinas e Equipamentos	10%	1.965.964,19	336.872,16
Equipamentos de Uso Médico	10%	4.012.536,62	3.769.980,63
Equipamentos de Informática	20%	994.850,94	942.705,50
Móveis e Utensílios	10%	908.167,09	742.446,80
(-) Depreciação Acumulada		(4.693.292,11)	(4.372.919,73)
		3.188.226,73	**1.419.085,36**

Conforme preceituado no Termo de Colaboração firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Rio de Janeiro, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. Obrigações Trabalhistas

	2023	2022
Salários a Pagar	3.206.907,50	3.042.439,58
Pensões Alimentícias a Pagar	662,06	2.055,09
Rescisões a Pagar	14.237,70	15.600,99
	3.221.807,26	**3.060.095,66**

10. Obrigações Sociais e Fiscais

	2023	2022
INSS a Recolher	189.509,12	231.679,37
FGTS a Recolher	560.612,88	431.652,20
IRRF a Recolher	1.320.817,49	1.101.668,58
IRRF Retido de PJ a Recolher	1.327,89	6.235,55
IRRF Retido de Autônomos a Recolher	7.329,15	1.644,18
CSRF a Recolher	4.485,73	23.743,96
INSS Retido de PJ a Recolher	12.835,07	41.005,89
ISS Retido de PJ a Recolher	-	15.377,88
ISS Retido de Autônomos a Recolher	6.412,62	1.937,62
INSS Retido de Autônomos a Recolher	24.176,51	7.727,92
	2.127.506,46	**1.862.673,15**

11. Empréstimos e Financiamentos: Em 03 de agosto de 2022, o CEJAM firmou junto à Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A., o contrato de arrendamento mercantil nº 00A0032527 para aquisição de equipamentos de Informática da Dell Computadores do Brasil Ltda., pela modalidade de arrendamento mercantil no montante de R$ 370.500,02, a ser pago em 24 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 04/09/2022. Esta operação de "Leasing" está atrelada à nota fiscal nº 4382206 emitida pela Dell Computadores do Brasil Ltda., correspondente a 50 microcomputadores Dell Optiplex 3090.

	2023	2022
12. Contas a Pagar		
Recebimentos Antecipados (TC 01/2022)	-	296.000,00
CEDAE Cia. Estadual de Águas	42.535,16	49.680,62
LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.	157.540,59	142.309,55
Empréstimos de Mat/Med a Devolver	131.991,99	67.857,70
Consignações Vinculadas a Folha	115.490,78	-
	447.558,52	**555.847,87**

13. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 3.188.226,73 em 2023 e R$ 1.419.085,36 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do Termo de Colaboração. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **14. Contingências:** A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em processos avaliados com perda possível no montante de R$ 1.646.107,70, sem provisão constituída.

15. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelo Termo de Colaboração, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

16. Receitas com Termo de Colaboração	2023	2022
Termo de Colaboração nº 01/2022	96.572.358,58	79.981.474,80
	96.572.358,58	**79.981.474,80**

17. Receitas e Despesas Financeiras

	2023	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.183.189,22	1.025.298,23
Descontos Obtidos	21.922,67	501,79
Juros e Atualizações Monetárias	365,31	-
(-) Tarifas Bancárias	(3.236,40)	(3.149,17)
(-) Juros e Mora Comerciais	(48.583,35)	(12.023,35)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(661,97)	(1.219,02)
	1.152.995,48	**1.009.398,48**

18. Custos com Pessoal Próprio

	2023	2022
Remunerações	60.334.645,23	39.965.402,52
Benefícios	2.428.708,74	1.311.462,16
Encargos Sociais	5.051.691,14	3.243.450,92
	67.815.045,11	**44.520.315,60**

19. Custos com Serviços Terceirizados

	2023	2022
Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas	4.639.272,95	3.100.381,22
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas	6.921.144,74	7.612.945,51
Serviços de Terceiros - Pessoas Físicas	789.376,25	495.120,91
	12.349.793,94	**11.208.447,64**

20. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo

	2023	2022
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	6.964.983,79	3.232.816,86
Materiais de Consumo	3.562.734,35	3.156.917,93
Materiais de Conservação e Reparos	714.152,65	506.991,07
Outros Materiais e Insumos	508.465,35	437.330,83
	11.750.336,14	**7.334.056,69**

21. Despesas Gerais

	2023	2022
Contas de Consumo	2.792.540,98	2.267.235,55
Aluguéis	1.230.656,09	663.833,92
Administrativas	2.613.686,70	2.508.704,96
Bens Não Imobilizado	186.666,00	386.090,98
Reformas e Benfeitorias	23.500,00	-
Outras Despesas Gerais	368.215,35	4.401.249,16
	7.215.264,12	**10.227.114,57**

22. Coberturas de Seguros: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e as premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

23. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras acompanhadas de parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **24. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021** a **29 de novembro de 2024**. **25. Imunidade das Contribuições Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2023 foi de R$ 16.545.653,25 e do ano de 2022 foi de R$ 10.175.821,99 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Imunidade das Contribuições Previdenciárias	2023	2022
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(16.387.778,01)	(10.076.797,81)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(157.875,24)	(99.024,18)
	(16.545.653,25)	**(10.175.821,99)**
(-) Imunidade Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	16.387.778,01	10.076.797,81
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	157.875,24	99.024,18
	-	-

26. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza de benefício do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 e 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

27. Déficit/Superávit do Exercício: O Déficit do Exercício de 2023 foi de R$ 2.798.822,79 e o Superávit do Exercício de 2022 foi de R$ 11.013.375,93. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional

Vivian Martins Folly - Diretora Geral

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Hospital da Mulher Mariska Ribeiro**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, - 11 de abril de 2024. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP - 024298/O-3. **Ivan Roberto dos Santos Pinto